

CELSO FURTADO: UMA ABORDAGEM NÃO ECONÔMICA DA FORMAÇÃO DO BRASIL

CELSO FURTADO: A NON-ECONOMIC APPROACH TO THE FORMATION OF BRAZIL

Eduardo Jose Mariuzza*

“Formação Econômica do Brasil” é um livro incontornável para aqueles que seriamente buscam estudar a história brasileira. Não obstante, embora tenha grande relevância, está longe de esgotar a obra de Celso Furtado (1920-2004), que escreveu sobre temas diversos e, sobretudo, intimamente conectados com as contradições do seu tempo.

Fruto da união entre uma família de proprietários de terra, por parte de mãe, com uma de magistrados, por parte de pai, concluiu o curso de Direito em 1944. Iniciando sua carreira como jornalista e funcionário público, envolveu-se com a política, contribuindo para criação de importantes órgãos governamentais, dentre os quais a SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste), entidade em cuja concepção teve grande participação. Teve ainda relevante atuação no governo brasileiro, assumindo o cargo de ministro de Estado do Planejamento, no governo de João Goulart, e de Ministro da Cultura, no governo Sarney.

Lecionou em importantes universidades estrangeiras, dentre as quais pode-se citar Cambridge, Yale e Sorbonne. Atuou também em organismos da Organização das Nações Unidas (ONU), com destaque para a CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e Caribe), período em que compôs, junto com outros intelectuais, uma das vertentes de pensamento mais originais e influentes já desenvolvidas no Terceiro Mundo, a Teoria da Dependência.

A versão da obra utilizada para esta resenha refere-se à 32ª edição, publicada pela Companhia Editora Nacional em 2005, e é dividida em cinco partes, por meio das quais o autor se propôs a fazer uma introdução à história econômica brasileira. Contudo, embora seja uma obra dedicada ao estudo da economia, o autor não se restringiu às suas métricas, tratando justamente de descrever os fatores não econômicos determinantes para a condição de subdesenvolvimento que aflige o país. Por essa vereda, o fenômeno jurídico tem papel central na obra, que analisa como as diferentes configurações institucionais influenciaram o processo de formação econômica do Brasil, o que faz com que a sua leitura seja de grande valia para os trabalhos jurídicos, especialmente aqueles que buscam seguir um itinerário interdisciplinar.

De início, o livro se debruça sobre os fundamentos da ocupação territorial, esmiuçando os motivos e o contexto histórico que teriam levado Portugal a estabelecer a sua colônia no território que veio a constituir o Brasil contemporâneo. Como deixa claro já no começo do primeiro capítulo, para o autor, “a ocupação econômica das terras americanas constitui um episódio da expansão comercial da Europa” (Furtado, 2005, p. 18), e é sobre essa premissa que se desenrola a primeira parte da obra.

Narra-se que, no caso das terras apossadas pela Coroa Espanhola, a descoberta de metais preciosos logo no começo teria viabilizado a sua ocupação, possibilitando o estabelecimento de uma atividade econômica capaz de justificá-la. Em relação à colônia portuguesa, por outro lado, a descoberta de metais preciosos deu-se quase duzentos anos após a chegada de Pedro Álvares Cabral. Como as demais potências europeias exerciam pressão sobre aquele território, empreendendo incursões para também ocupá-lo, impôs-se aos lusitanos a necessidade de desenvolver uma atividade que financiasse a custosa proteção daquelas terras. Tal atividade calhou ser a produção de açúcar.

Defende-se que essa escolha não foi fortuita e deveu-se, para além da fertilidade do solo e

* Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4473868907303187>. E-mail: edumariuzza438@gmail.com.



adequação das condições climáticas, ao fato de os portugueses já dominarem as técnicas para a produção desse gênero, a qual já desenvolviam em suas ilhas no Atlântico. A isso soma-se o fato de ser um artigo grandemente apreciado na Europa e que, portanto, tinha um mercado pré-constituído.

Assim, sob regime de monopólio, floresceu, no Nordeste brasileiro, um setor de cultivo de cana-de-açúcar para exportação, o qual se utilizava de técnicas de produção desenvolvidas pelos portugueses e da parceria comercial com os holandeses, que dominavam as vias de comércio intra-europeu. Esse ciclo de prosperidade teve seu auge do final do século XVI ao começo do século XVII, e teve fim quando, após uma série de abalos políticos advindos da guerra entre a Espanha e as Províncias Unidas, que buscavam a sua independência, a cultura canavieira passou a ser desenvolvida nas Antilhas, e os holandeses, que até então vinham operacionalizando o comércio do açúcar da colônia portuguesa, passaram a auxiliar a sua concorrência.

Furtado constata que, tendo como base o trabalho escravo (inicialmente de indígenas, posteriormente substituídos por africanos) e uma enorme extensão de terras férteis disponível, a atividade era excepcionalmente lucrativa. Portanto, com terras, mão de obra e capital, poderia crescer quase que infinitamente, o que só não fez por conta da perspicácia dos comerciantes que, exercendo controle sobre a produção, buscavam mantê-la em um nível correspondente à demanda do mercado europeu, evitando a superprodução.

A alta lucratividade do setor, por sua vez, teria levado aquela economia a um sistema bastante especializado, que, organizado em grandes propriedades e com mão de obra escrava, constituía suas trocas monetárias quase que exclusivamente com o exterior. A renda que entrava era convertida em importações, restando pouca margem para o desenvolvimento de outras atividades. Mesmo assim, no sertão nordestino, logrou-se desenvolver uma economia pecuária, que fornecia carne e animais de tiro para os engenhos, compondo o complexo econômico articulado a partir da região açucareira.

Percebe-se que, em um sistema escravista, os fatores de produção, seja a mão de obra, seja a aparelhagem dos engenhos, comportam-se como capital fixo. Desse modo, uma vez adquiridos os escravos e instalado o engenho, compensava às unidades agrícolas produzir o máximo possível, independente do preço do item exportado. Desta feita, a depressão do preço do açúcar ocorrida com a entrada dos concorrentes antilhanos, embora tenha diminuído consideravelmente a renda da colônia, não provocou mudanças estruturais, mantendo-se intocada a estrutura social e produtiva. O setor pecuário, por sua vez, foi envolvendo para a atividade de subsistência, ocupando cada vez mais novas áreas com cada vez menos produtividade e com uma população cada vez mais empobrecida. Essa letargia da economia nordestina teria se estendido até o século XX.

Dessarte, sem um impulso externo, a colônia teria permanecido estagnada até que, no último quartel do século XVII, descobriu-se ouro na região central. O que teria permitido essa descoberta foi a conjugação entre os conhecimentos técnicos provindos da metrópole e a ação de exploradores estabelecidos no Planalto do Piratininga, os quais, sem conseguir viabilizar a produção de um item de exportação, haviam até então se dedicado à caça e à escravização de indígenas no interior do país, o que lhes proporcionou um exímio conhecimento do território.

O ciclo do ouro gerou um grande fluxo de imigrantes europeus para a colônia, tal que estes passaram a constituir a maior parte da população da região, ainda que na atividade se utilizasse mão de obra escravizada. Nota-se que a mineração, diferente da produção açucareira, que só era viável em larga escala, podia ser realizada pela pequena empresa, o que possibilitava maior mobilidade social e melhor distribuição de renda. Isso, acrescido ao fato de ser uma região distante do litoral, teria gerado um fluxo de renda propício ao desenvolvimento do mercado interno, o que teria permitido o fortalecimento do comércio da região aurífera com as demais regiões, especialmente as meridionais, o que teve como resultado a articulação das diferentes porções do território.

Dessa forma, do Rio Grande do Sul provinha gado para a região das Gerais, onde, dada a alta

lucratividade da extração de metais destinada à exportação, havia a tendência de não se desenvolverem outras atividades. Esse comércio se articulava na região do Piratininga, onde igualmente se desenvolveu o setor de produção de alimentos com destino às minas. Esgotadas as reservas auríferas, a economia mineira logo regrediu para a subsistência, porém, não sem deixar a articulação comercial entre as diferentes regiões do subcontinente como legado.

Defende-se que, do último quarto do século XVIII à metade do século XIX, este território, que veio então a se constituir como país, teria passado por dificuldades. Não obstante os ocasionais episódios de desenvolvimento, como o que se deu no Maranhão no final dos setecentos, o cenário foi de estagnação da renda e expansão territorial. Esta se deu principalmente com o crescimento do setor de subsistência, que, sendo menos produtivo que o de exportação, fez a renda média declinar. Teria sido, portanto, nesse período em que o Brasil teria ficado para trás em relação aos demais países que se industrializavam.

Para Furtado, o grande problema era a falta de um item de exportação apto a reinserir o país no comércio internacional, o que inviabilizava o desenvolvimento do setor produtivo interno, que se via sem conhecimentos técnicos nem financiamento para que pudesse dar início à indústria nacional. Nesse sentido, o produto capaz de reanimar a economia brasileira calhou ser o café, cujos produtores, aproveitando-se da grande disponibilidade de terras, principal diferencial do país naquele momento, atendiam a crescente demanda pelo produto nos países que se industrializavam.

O fim do comércio de escravos africanos, contudo, impunha um novo desafio: o problema da mão de obra. Este, conquanto se especule se não poderia ter sido resolvido com a realocação da força de trabalho empregada no setor de subsistência, encontrou solução no incentivo a imigração de europeus, que com a viagem custeada pelo governo paulista e, depois, brasileiro, tinham garantia de emprego nos cafezais que se expandiram para o interior.

Com o país reinserido no comércio internacional, a segunda metade do século XIX teria sido um período de acelerado crescimento. Inaugurava-se, com o café, um novo ciclo de prosperidade impulsionada por exportações. Não obstante, o desenvolvimento do setor cafeeiro teria se dado de forma diferente em relação ao que ocorrera nos demais setores de exportação que haviam surgido para logo em seguida regredir à subsistência ou à letargia secular. O confronto feito entre a sua trajetória e o desenvolvimento do setor extrativo de borracha amazônica, por exemplo, possibilita concluir que na economia cafeeira havia um elemento de diferenciação, que pôde ser atribuído justamente a capacidade dos produtores de instrumentalizar o Estado para perseguir os seus interesses. Ademais, em comparação aos produtores de açúcar, os cafeicultores possuíam maior aptidão para a atividade empresarial, desempenhando um papel ativo na compra de terras, recrutamento de mão de obra e captação de financiamento.

Assim, uma das teses da obra é a ideia de que o processo de industrialização ocorrido no Brasil a partir da década de 30 é um efeito colateral de uma política de defesa dos interesses do setor cafeeiro exportador.

Tratando-se de um item cuja produção se concentrava quase que em um país, há décadas havia se estabelecido um sistema de estoques para controlar os preços do produto, evitando a superprodução. Esses estoques eram financiados com empréstimos estrangeiros, a fim de evitar desequilíbrios externos. Contudo, com a crise que se instaurou no mundo capitalista a partir de 1929, esse mecanismo passou a ser inviável e, para manter o nível de emprego da economia, evitando que as plantações fossem abandonadas e houvesse uma depressão generalizada, o governo passou a financiar os estoques com expansão do crédito.

Considerando a retração na oferta de bens manufaturados no mercado internacional e a disponibilidade de bens de capital de segunda linha, ao manter a atividade econômica aquecida, o governo acabou por incentivar o desenvolvimento de uma indústria nacional voltada à substituição de importações. O caráter substitutivo continuou presente nas décadas seguintes e, em geral, o





crescimento do setor industrial esteve associado a restrições à importação, o que ocorreu na crise dos países industrializados que se arrasta na década de 30, durante a segunda guerra, bem como com a política seletiva de importações que é deliberadamente implantada após o seu fim.

Ao narrar esse panorama geral da história econômica brasileira, a obra formula muitas perguntas, as quais busca responder em cada um dos seus capítulos. Dentre elas, a que se destaca é “por que se industrializaram os EUA no século XIX, emparelhando-se com as nações europeias, enquanto o Brasil evoluía no sentido de transformar-se no século XX numa vasta região subdesenvolvida?” (Furtado, 2005, p. 147).

A comparação com o país norte-americano tem tanta importância que lhe são dedicados três capítulos. Trata-se dos capítulos V e VI, que falam do estabelecimento das colônias de povoamento no Hemisfério Norte e a sua articulação com a economia antilhana, bem como do capítulo XVIII, intitulado “Confronto com o desenvolvimento dos EUA”, no qual se comparam os dois países no período em que Furtado atribui como divisor de águas entre as duas nações (último quartel do século XVIII a metade do século XIX).

Ao analisar a história de um país que, embora também tenha se originado como colônia, seguiu uma trajetória tão diferente, busca-se responder, na verdade, a pergunta que constitui o fio condutor de toda a obra furtadiana: quais as raízes do subdesenvolvimento brasileiro?

Para essa investigação, o caminho escolhido foi justamente a História. Furtado, embora nem sempre tenha referenciado explicitamente suas influências, parte das teorias historiográficas mais avançadas de seu tempo, reconstituindo o itinerário que havia sido traçado desde o início da ocupação territorial pelos portugueses, no século XVI, até o processo de industrialização tardia por que o país passava quando o livro foi escrito, no final da década de 1950.

Por esse esforço, buscou-se identificar quais os grupos dominantes em cada época e como estes influenciaram a tomada de decisões. Descreve-se o papel dos comerciantes na economia do açúcar, o perfil daqueles proprietários de terras e sua mentalidade. Da mesma forma se faz em relação a economia mineira, cafeeira e industrial. É aqui que se encontra uma das mais eloquentes teses formuladas sobre as raízes do subdesenvolvimento brasileiro, a qual considera o fator político como determinante.

Confronta-se, pois, a mentalidade da classe dirigente brasileira com a classe dirigente das colônias setentrionais. Almejando aderir ao mais atualizado padrão de consumo dos países centrais, a elite brasileira concentrava seus esforços em exportar gêneros tropicais. Os norte-americanos, por outro lado, ao não conseguirem viabilizar a produção de uma cultura agrícola exportável, viram-se compelidos a sofisticar a sua produção, seja desenvolvendo produtos para o consumo interno ou mesmo artigos que pudessem ser comercializados com as Antilhas. Esse comportamento, embora por si só não a explique, expressa a grande disparidade entre a capacidade de formulação e persecução de soluções entre os dois grupos.

Nesse sentido, ao se questionar se, em um cenário hipotético, seria possível que a elite agrária que dominava o Estado brasileiro no começo do século XIX pensasse e articulasse uma política de desenvolvimento industrial, pode-se concluir, com base nos elementos trazidos por Furtado, que a resposta seria negativa.

Ainda, pode-se supor que, justamente por identificar no papel exercido pelo setor exportador um entrave político tão determinante para a condição brasileira de subdesenvolvimento, a maior parte dos dados analisados pelo autor se refere ao comércio internacional. Não à toa, as variáveis mais recorrentes são o valor da produção agrícola exportada, o preço dos produtos tropicais e suas variações, o valor das importações, o coeficiente de importações, a taxa de câmbio, entre outros. O confronto desses dados com a historiografia até então desenvolvida, levando em conta, ainda, projeções de população em cada época, permitiu-lhe deslindar os efeitos causados

pela variação do fluxo monetário decorrente de exportações na renda geral da população e, por conseguinte, os movimentos que isso ocasionava. Esses movimentos, por seu turno, estiveram sobremaneira ligados ao regime de mão de obra (escrava ou assalariada) e propriedade da terra.

Nada obstante, ao se colocar o problema em outros termos, pode-se questionar, ao invés de como o setor exportador exerceu seu domínio político, o porquê de o setor de subsistência não ter sido capaz de se organizar politicamente e disputar os rumos da nação. Nesse sentido, a descrição deste setor fornecida por Celso Furtado é insuficiente para que se chegue a conclusões definitivas, pois, embora este segmento seja muito mencionado, não há uma descrição detalhada sobre as suas características e a sua forma de organização. Pode-se, assim, especular até que ponto a posição privilegiada que ocupa o setor exportador nos estudos de Furtado não se deve, na verdade, à facilidade de encontrar dados, que, registrados em documentos oficiais por conta da atividade alfandegária, tornaram possível o desenvolvimento da investigação, enquanto, em relação ao desenvolvimento do setor de subsistência os dados seriam mais escassos.

Por fim, pode-se concluir que o livro, embora apresente de forma brilhante os problemas que entrecruzam a temática do subdesenvolvimento e suas raízes históricas no Brasil, não fornece respostas definitivas para os problemas que levanta, o que sequer se propõem, pois, em sua essência é um livro introdutório. Contudo, não se limita a isso, abrindo questionamentos que podem e devem ser explorados mais a fundo por quem se propõe a pesquisar a problemática a partir das mais diversas áreas do conhecimento. Os ensinamentos de Furtado não deixam dúvidas quanto ao caráter interdisciplinar do subdesenvolvimento que, para além das métricas estritamente econômicas, estende suas raízes sobre as questões históricas, políticas, constitucionais e jurídicas.

REFERÊNCIAS

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 32. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005. 339 p.